

PRIVATIZAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICAS E SUJEITOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO

Paula Valim de Lima

Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS-Brasil)

RESUMO

O artigo analisa o avanço da privatização da educação a partir das políticas educacionais voltadas à digitalização, considerando a atuação de sujeitos privados que direcionam a transformação digital da educação brasileira. Neste estudo, são apresentadas as principais políticas e os sujeitos que incidem sobre elas, protagonizando a materialização de propostas voltadas à digitalização da educação, representando interesses do capitalismo em sua era digital. Analisam-se o Programa de Inovação Educação Conectada, a BNCC Computação, a Política Nacional de Educação Digital e a Estratégia Nacional Escolas Conectadas, com foco nos sujeitos que participaram da sua proposição. A partir do argumento da inovação, um amplo e diverso conjunto de sujeitos projeta o presente e o futuro da educação mediados por plataformas e ferramentas digitais, entre os quais destacam-se o Centro de Inovação para a Educação Brasileira e a Associação MegaEdu, identificados como sujeitos centrais da Rede da Transformação Digital no Brasil (Lima, 2025). Ao analisar esta articulação e os sentidos mais profundos implicados nos processos de transformação digital da educação, identifica-se como conteúdo central a promoção de uma formação técnica e ideológica compatível com as demandas do capital neste período particular. Apesar da anunciada neutralidade da tecnologia, o setor privado avança sobre a educação pública por meio da construção de imaginários tecnossolucionistas que apresentam a tecnologia como solução e garantia de qualidade. A introdução de ferramentas e plataformas digitais nos processos educativos nas escolas públicas amplia as possibilidades de mercantilização da educação e acirra as formas de privatização, agora em formato digital e sob a mediação de plataformas e aplicativos de ensino e aprendizagem, gestão escolar, avaliação, entre outros.

Palavras-chave: política educacional; privatização; platformização; tecnologia e educação.

DIGITAL PRIVATIZATION OF BRAZILIAN EDUCATION: POLICIES AND ACTORS OF THE DIGITAL TRANSFORMATION OF EDUCATION

ABSTRACT

The article analyzes the advancement of the privatization of education through educational policies aimed at digitalization, considering the role of private actors in shaping the digital transformation of Brazilian education. This study presents the main policies and the actors involved in them, who play a central role in materializing proposals oriented toward the digitalization of education, representing the interests of capitalism in its digital era. It examines the Connected Education Innovation Program, the BNCC Computing framework, the National Policy for Digital Education, and the National Strategy for Connected Schools, focusing on the actors who participated in their formulation. Based on the discourse of innovation, a broad and diverse set of actors projects the present and future of education as

mediated by digital platforms and tools, among which the Centro de Inovação para a Educação Brasileira and MegaEdu stand out as central actors in the Digital Transformation Network in Brazil (Lima, 2025). By analyzing this articulation and the deeper meanings embedded in the processes of digital transformation in education, the study identifies as a central element the promotion of a technical and ideological formation aligned with the demands of capital in this particular period. Despite the proclaimed neutrality of technology, the private sector advances over public education through the construction of techno-solutionist imaginaries that present technology as a solution and a guarantee of quality. The introduction of digital tools and platforms into educational processes in public schools expands the possibilities for the commodification of education and intensifies forms of privatization, now in digital formats and mediated by platforms and applications for teaching and learning, school management, assessment, among others.

Keywords: educational policy; privatization; platformization; technology and education.

PRIVATIZACIÓN DIGITAL DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: POLÍTICAS Y SUJETOS DE LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL DE LA EDUCACIÓN

RESUMEN

El artículo analiza el avance de la privatización de la educación a partir de las políticas educativas orientadas a la digitalización, considerando la actuación de sujetos privados que direccionan la transformación digital de la educación brasileña. En este estudio, se presentan las principales políticas y los sujetos que inciden sobre ellas, protagonizando la materialización de propuestas orientadas a la digitalización de la educación, representando intereses del capitalismo en su era digital. Se analizan el Programa de Innovación Educación Conectada, la BNCC Computación, la Política Nacional de Educación Digital y la Estrategia Nacional Escuelas Conectadas, con foco en los sujetos que participaron en su formulación. A partir del argumento de la innovación, un amplio y diverso conjunto de sujetos proyecta el presente y el futuro de la educación mediados por plataformas y herramientas digitales, entre los cuales se destacan el Centro de Inovação para a Educação Brasileira y la MegaEdu, identificados como sujetos centrales de la Red de Transformación Digital en Brasil (Lima, 2025). Al analizar esta articulación y los sentidos más profundos implicados en los procesos de transformación digital de la educación, se identifica como contenido central la promoción de una formación técnica e ideológica compatible con las demandas del capital en este período particular. A pesar de la anunciada neutralidad de la tecnología, el sector privado avanza sobre la educación pública mediante la construcción de imaginarios tecno-solucionistas que presentan la tecnología como solución y garantía de calidad. La introducción de herramientas y plataformas digitales en los procesos educativos en las escuelas públicas amplía las posibilidades de mercantilización de la educación y agudiza las formas de privatización, ahora en formato digital y bajo la mediación de plataformas y aplicaciones de enseñanza y aprendizaje, gestión escolar, evaluación, entre otros.

Palabras clave: política educativa; privatización; plataformización; tecnología y educación.

Introdução

Este artigo analisa o avanço da privatização da educação a partir das políticas educacionais voltadas à digitalização, considerando a atuação de sujeitos privados que direcionam a transformação digital da educação brasileira, promovendo importantes mudanças na forma e no conteúdo dos processos de ensino e aprendizagem, da gestão escolar, da formação de professores, entre outras dimensões que constituem o cotidiano da educação pública. Representando mais um impulso na direção da privatização da educação – agora em formato digital –, a digitalização da educação não apenas responde às determinações da era digital do capitalismo, como também atua para sua produção, em uma relação dialética na qual a política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas (Peroni, 2016).

Considerando a transformação digital da educação como uma nova etapa do projeto privatista do capital (Peroni; Pires; Lima, 2025), toma-se como foco a atuação de sujeitos privados na definição do conteúdo da educação pública, por meio da incidência sobre as políticas educacionais voltadas à digitalização da educação. De modo mais específico, analisa-se a articulação em torno das políticas educacionais, entre as quais se destacam a Política de Inovação Educação Conectada, a Política Nacional de Educação Digital, o complemento à BNCC voltado à computação e a Estratégia Nacional Escolas Conectadas. O estudo consiste em uma análise documental, articulada a um diálogo teórico com estudos que abordam criticamente os processos de digitalização e privatização da educação pública.

Parte-se da compreensão de que diferentes sujeitos individuais e coletivos (Thompson, 1981), atravessados por interesses de classe, atuam sobre a realidade em um processo de correlação de forças, como tipicamente ocorre nas disputas históricas entre público e privado, em que “a concepção de público incorpora a noção de um projeto democrático e coletivo, enquanto o privado se refere ao projeto do capital” (Peroni; Lima, 2023, p. 35). Nesse sentido, o esforço investigativo sobre os sujeitos privados, suas estratégias de atuação e sua influência sobre as políticas educacionais contribui para identificar, de forma mais aprofundada, o conteúdo das propostas (Peroni, 2016), ou seja, os interesses implicados em um determinado projeto de educação, dialeticamente vinculado a um projeto de sociedade. Isso porque nenhum projeto educativo tem um fim em si mesmo, mas representa e materializa um conjunto de princípios, valores e normas cujos sentidos revelam, mediata ou imediatamente, interesses e objetivos mais abrangentes (Lima, 2025).

O artigo está estruturado em duas seções de desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte são apresentadas as principais políticas educacionais que visam à aceleração e intensificação da digitalização dos processos educativos em suas diferentes dimensões, com alguns apontamentos e considerações sobre seus conteúdos. Na segunda seção, discutem-se os dois sujeitos coletivos centrais da rede de transformação digital da educação (Lima, 2025), CIEB e MegaEdu, como principais articuladores dos processos de privatização digital da educação, representantes de interesses empresariais e mercantis sobre a escola e o conteúdo da educação.

Políticas de transformação digital e privatização da educação

As políticas educacionais voltadas à transformação digital da educação são sustentadas a partir de argumentos relacionados à qualidade, equidade e eficiência nos processos educativos (OCDE, 2023), em uma perspectiva tecnossolucionista (Morozov, 2013), a partir da qual somente a tecnologia digital é capaz de promover as transformações necessárias para solucionar os problemas da educação pública. Segundo seus formuladores, a escola precisa atender ao imperativo da inovação e modernização em todos os âmbitos do processo educativo, superando os processos analógicos e assimilando as soluções oferecidas pelas empresas do mercado educacional e de tecnologias.

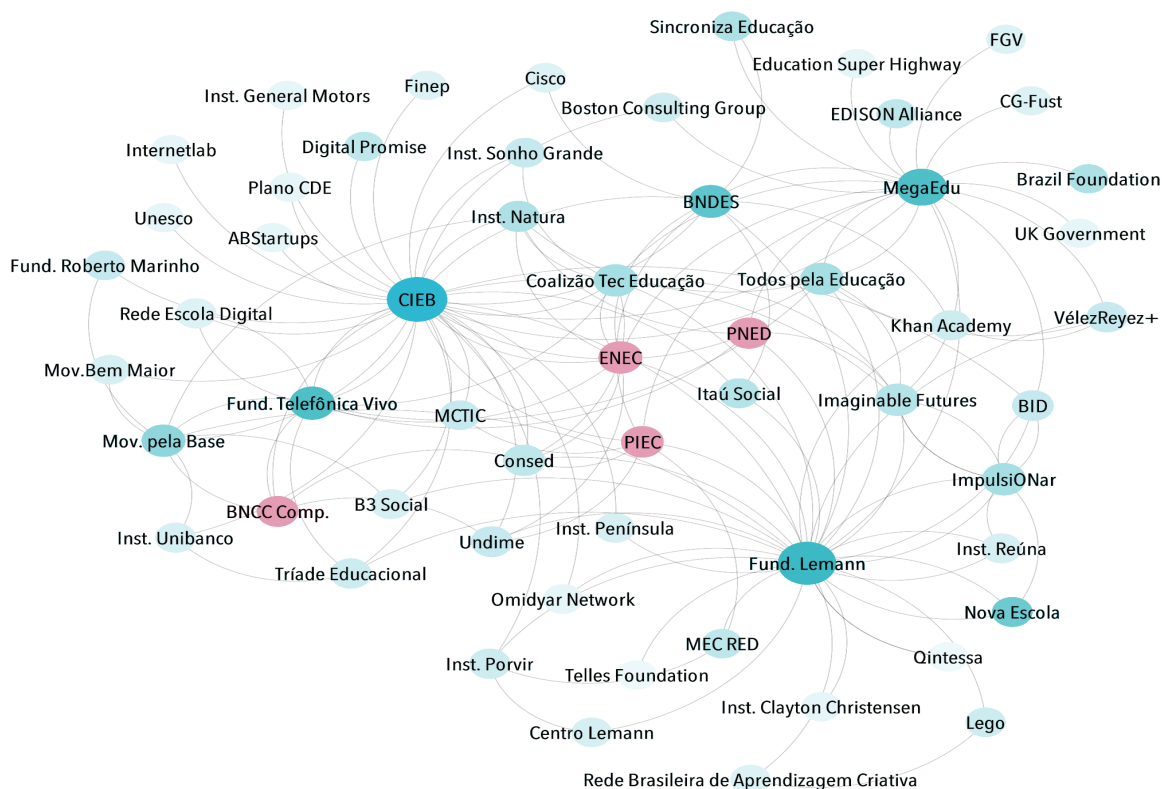
Este quadro, no entanto, não se restringe à educação e qualquer análise crítica dessas políticas deve situar a transformação digital da educação em relação à totalidade do sistema capitalista e às novas configurações do mundo produtivo. A partir dessa perspectiva, os processos de digitalização da educação se constituem uma nova forma de subsunção da educação aos interesses do capital, considerando a qualificação de uma força de trabalho adequada às novas dinâmicas sociais e produtivas e a formação ideológica de sujeitos conformados com as novas formas sociais de trabalho e de existência (Lima, 2025).

Ao projetar e moldar o futuro da educação, essas políticas definem a realidade sob uma determinada perspectiva e direcionam o que é necessário para atender às demandas futuras, constituindo “uma profecia autorrealizável, na qual as crenças e a definição das necessidades atuais se tornam reais em suas consequências” (McGarr; Engen, 2022, p. 452). Desse modo, considerando as políticas educacionais como resultado da ação de sujeitos em correlação de forças que materializam interesses de classe em um determinado contexto histórico (Peroni,

2016), o mapeamento e análise dos sujeitos organizados em torno das políticas permite identificar interesses e perspectivas que as atravessam.

Trata-se de uma ampla articulação de sujeitos que compõem a chamada Rede da Transformação Digital da Educação no Brasil (Lima, 2025), atuando desde o Estado, o mercado e a sociedade civil na direção da materialização de um projeto educativo e societário de acordo com seus interesses e, no limite, os interesses do capital. O recorte da rede apresentado a seguir (figura 1) representa as principais políticas para a transformação digital da educação brasileira e os principais sujeitos que atuam sobre elas, considerando tanto sua formulação como sua materialização. Como um arranjo amplo e diverso em torno de uma agenda política, ideológica, econômica e social, a rede representa os avanços capitalistas sobre a educação.

Figura 1: Recorte da Rede da Transformação Digital da Educação



Fonte: Elaboração própria a partir de uma adaptação de Lima (2025, p. 68).

A rede representada na figura é composta por quatro políticas educacionais (em rosa) e por diversos sujeitos coletivos (em tons de azul) que incidem sobre elas. Três das políticas –

Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), Política Nacional de Educação Digital (PNED) e Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC) – encontram-se em posições muito próximas na rede. Isso ocorre porque, além de vinculadas umas às outras, essas políticas também possuem relações com muitos sujeitos em comum. Em contrapartida, a política de complemento à BNCC voltado à Computação na educação (BNCC Comp.) está mais afastada, porque ainda que tenha sofrido a influência de muitos sujeitos comuns às demais, também foi fortemente influenciada pelo Movimento pela Base, um grupo específico que não buscou incidir sobre as demais da mesma forma.

Cabe destacar que uma ampla maioria dos sujeitos apresentados na rede materializam suas agendas educativas para além das pautas vinculadas à transformação digital, relacionando-se com muitos outros sujeitos e influenciando outras dimensões da política educacional, para além do que está representado na figura. A rede pretende representar apenas as articulações em torno de políticas de transformação digital da educação e, nesse sentido, apresenta uma quantidade significativa de relações e interações entre os sujeitos e as políticas. Todos estes sujeitos coletivos, por sua vez, são formados por sujeitos individuais, que se movem por dentro da rede, transitando entre as distintas organizações, tornando muito tênues as fronteiras entre o público e o privado.

Entre as políticas analisadas, o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), instituído em 2017 e convertido em política em 2021, responde de modo muito objetivo às transformações no mundo produtivo decorrentes da aceleração do desenvolvimento tecnológico-informacional-digital. A partir daqui, as práticas pedagógicas e os processos educacionais devem ser orientados *pela* e *para* a inovação, na medida em que esta se apresenta como principal motor de transformação da escola (Laval, 2019).

Em seu conteúdo, o PIEC é orientado pelo movimento do capital, promovendo uma formação para as necessidades do mercado ou, mais precisamente, no contexto neoliberal, para o trabalho flexibilizado e precarizado (Filho; Oliveira; Echalar, 2024). O programa foi construído pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Fundação Lemann e o Centro de Excelência e Inovação em Políticas

Educacionais (CEIPE/FGV), além de contar com o apoio operacional da Fundação Itaú Cultural (Brito; Marins, 2020).

O PIEC é uma política muito abrangente, que se estabelece a partir da promoção de uma visão estratégica orientada à inovação aliada à formação de profissionais, à disponibilização e circulação de recursos educacionais digitais e ao investimento em infraestrutura e conectividade, com o objetivo de integrar a tecnologia como elemento *transformador* da educação. Além de apostar na inovação como estratégia de desenvolvimento social, a política associa imediatamente a tecnologia à qualidade da educação, a partir da premissa de “que a utilização pedagógica das tecnologias da informação é necessária para a melhoria das condições de aprendizagem” (Brasil, 2017, p. 3). Nessa perspectiva, fomenta-se um imaginário tecnossolucionista (Morozov, 2013) que, uma vez incorporado ao senso comum, autoriza e legitima o acesso de diferentes tecnologias que disputam os novos mercados digitais no terreno da escola pública. Ocorre, no entanto, que o solucionismo tecnológico presente nessa política é “pautado no puro fetichismo que encarna valores historicamente construídos como se fossem atributos do aparato tecnológico” (Filho; Oliveira; Echalar, 2024, p. 4), como se a tecnologia ou a inovação, por si mesmas, fossem capazes de transformar a qualidade da educação.

O programa contempla diferentes dimensões da educação escolar, adequando-as à lógica da era digital do capitalismo: dissemina-se uma determinada concepção de educação, pautada pela inovação e pela incorporação de tecnologias como solução para os problemas educacionais; fomenta-se uma perspectiva de individualização da aprendizagem; transfere-se ao setor privado a definição dos conteúdos da formação de professores; promovem-se mecanismos para facilitar a aquisição de infraestrutura digital e recursos tecnológicos/pedagógicos, favorecendo os mercados educacional e tecnológico e as empresas que buscam captar recursos públicos inserindo seus equipamentos, plataformas e ferramentas digitais nas escolas públicas.

No mesmo ano da instituição do PIEC foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define aprendizagens essenciais, desdobradas em competências e habilidades, a serem desenvolvidas na educação básica, correspondendo “às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” (Brasil, 2018, p. 5). Recorrente nos argumentos dos transformadores digitais da educação, a noção do futuro vinculado à tecnologia é uma forma típica de expressão do seu fetichismo: sempre tratado como uma

abstração, como um destino natural e inevitável, e nunca como produto histórico de relações sociais e interesses políticos e econômicos. Nessa perspectiva, proliferam-se os discursos sobre o papel da escola em educar para o futuro e as escolas e educadores passam a ser convocados a responder às demandas do novo mundo produtivo.

Incorporando demandas do setor empresarial, as diversas competências que compõem a BNCC, relacionadas às capacidades exigidas pela nova base produtiva (Caetano, 2020), são ampliadas em 2022 a partir da publicação do Complemento à BNCC voltado à Computação na Educação. A proposta tem como base teórica e conceitual recomendações de organismos internacionais e formulações da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), que defende que o domínio dos conceitos da computação permite aos estudantes o desenvolvimento de “maior autonomia, flexibilidade, resiliência, pró-atividade e criatividade” (Sociedade Brasileira de Computação, 2019, p. 2).

Para além das habilidades técnicas (*hard skills*) vinculadas às demandas da economia digital baseada em plataformas, dados, algoritmos e inteligência artificial, promovem-se competências socioemocionais (*soft skills*) muito caras ao mundo produtivo atual, que demanda trabalhadores capazes de se adaptarem às novas dinâmicas de trabalho marcadas pela flexibilidade e instabilidade. Tais habilidades compõem o repertório de proposições da BNCC de modo geral, orientadas pela a dimensão socioemocional, além do empreendedorismo e meritocracia (Caetano, 2020). Reforça-se, com isso, uma perspectiva de educação que, para além de uma ferramenta de qualificação técnica para o mercado de trabalho, atua na formação de atitudes e comportamentos que permitam a adaptabilidade dos sujeitos em um cenário de insegurança e precariedade.

Além do Movimento pela Base, articulação empresarial que atuou na aprovação da BNCC como um todo, participaram da elaboração deste complemento a Sociedade Brasileira de Computação (SBC), o Fórum das Licenciaturas em Computação (ForLic), CIEB, MEC, Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Consed, Undime, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) (Brasil, 2022), Instituto Ayrton Senna, Instituto Crescer e Instituto Palavra Aberta (Cieb, 2022). Conforme apontado anteriormente, alguns sujeitos vinculados ao PIEC se repetem, enquanto outros atuam de modo mais restrito sobre esta política.

Em 2023 foi aprovada a Política Nacional de Educação Digital (PNED), como forma de atualização e amadurecimento do PIEC, embora não o tenha substituído. Em tramitação

desde 2020, tendo sido proposta no contexto da pandemia, a PNED segue os mesmos parâmetros e perspectivas das políticas anteriores e se estrutura a partir de quatro eixos: I – Inclusão Digital, centrada no desenvolvimento de competências digitais; II – Educação Digital Escolar, especificando competências de modo muito aproximado ao disposto na BNCC Computação; III – Capacitação e Especialização Digital, com o objetivo de “capacitar a população brasileira em idade ativa, fornecendo-lhe oportunidades para o desenvolvimento de competências digitais para a plena inserção no mundo do trabalho” (Brasil, 2023a); e IV – Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação, que visa ao desenvolvimento e promoção de tecnologias acessíveis e inclusivas.

O projeto de lei que constituiu a PNED contou com o apoio da Frente Parlamentar Mista da Economia e Cidadania Digital (Frente Digital), associada ao *lobby* de empresas de tecnologia do país (Dias, 2021). Além da Frente, atuaram nessa proposta organizações como o CIEB, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Imaginable Futures e MegaEdu, que analisaram o projeto de lei e fizeram recomendações.

A PNED, na direção das demais políticas, também responde à necessidade de atualizar a educação e a formação dos sujeitos de acordo com o novo mundo do trabalho. Segue a preocupação com a conectividade e acesso a tecnologias, ainda sob o argumento da inclusão digital por meio do desenvolvimento de habilidades e competências digitais adequadas ao trabalho, na perspectiva da empregabilidade e do aprendizado ao longo da vida, reforçando a perspectiva neoliberal da transformação digital para a qual “os indivíduos que não se movimentam nas direções correspondentes ao progresso técnico tornam-se obsoletos e ficam relegados às margens da reprodução social” (Seki; Venco, 2023, p. 459).

Também em 2023 foi instituída a Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC), com o objetivo de universalizar o acesso à internet de qualidade, garantindo o uso pedagógico da tecnologia em todas as escolas públicas de educação básica do país: “a Enec impulsiona a transformação digital da escola pública, de forma consciente, promovendo conexão, equidade e preparo para o futuro” (Brasil, 2026a).

Embora centrada na universalização da conectividade, a política se desdobra em seis eixos que envolvem tecnologia e educação na escola, atravessando todas as dimensões da escola e do processo educativo: conectividade; ambientes e dispositivos; gestão e transformação digital; recursos educacionais digitais; competências e formação; currículo; e conectividade. Novamente, a política atualiza e reforça elementos já presentes nas políticas

que a antecede, de modo que não apresenta grandes novidades em seu conteúdo, mas pode fazê-lo em relação à forma de materialização, de modo que este é um ponto relevante de atenção para o campo das pesquisas em políticas educacionais.

A estratégia foi uma formulação do MEC junto à Coalizão Tec Educação, encabeçada pelo CIEB, que conta com a participação de um conjunto de instituições empresariais (Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura e MegaEdu). Além disso, a necessidade da elaboração de uma estratégia nacional para qualificar as políticas de tecnologia em longo prazo foi uma recomendação expressa no documento Educação Já – Tecnologias na Educação, fruto de uma elaboração coletiva entre Todos Pela Educação (TPE), CIEB, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Imaginable Futures, Instituto Natura e MegaEdu. O documento teve como objetivo “subsidiar as ações dos governos estaduais e federal que serão eleitos em 2022” em relação a políticas públicas sobre tecnologias educacionais “visando uma transformação digital da Educação Pública brasileira” (Todos pela Educação *et al.*, 2022, p. 7).

Importante considerar que, além de políticas precisamente educacionais, outras iniciativas foram desenvolvidas na direção da transformação digital da educação, especialmente voltadas à promoção da conectividade nas escolas públicas. São exemplos, a promulgação da Lei 14.172/21, chamada lei da Conectividade, que destinou R\$3,5 bilhões aos estados para garantir acesso à internet, para fins educacionais, a escolas, alunos e professores; a reformulação dos parâmetros de utilização do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) que passa a ser fonte de financiamento das políticas educacionais; o edital de renúncia fiscal para prestadoras de serviços de telecomunicações que promovem projetos de conectividade com recursos próprios, prevendo a redução em até 50% da contribuição paga mensalmente ao Fust pelas empresas “que executarem programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovadas pelo Conselho Gestor, mediante utilização de recursos próprios” (Brasil, 2025); e o projeto Aprender Conectado, que surgiu a partir do leilão do 5G, o maior leilão realizado pela Anatel, que destinou R\$3,1 bilhões para levar internet de qualidade às escolas públicas de educação básica rurais, urbanas e algumas situadas em áreas indígenas e quilombolas. Além de estratégias de garantia da conectividade pelas escolas de todo o país, essas iniciativas constituem como ferramentas de repasse às empresas a responsabilidade pela garantia dos serviços de conectividade, em que o Estado não

apenas abre mão do controle da aplicação dos recursos, como também dispensa parte da arrecadação destinada ao fundo público.

Sujeitos das políticas: disputa pelo controle da educação

Conforme se verifica na rede da figura 1, a transformação digital da educação brasileira se materializa por meio da ação de sujeitos, que assumem diferentes formas organizativas (associações, *think tanks*, fundações, institutos, etc) e atuam em rede, formando alianças e parcerias que aumentam sua capacidade de influência. A atuação dos diferentes sujeitos sobre a política educacional e a escola pública vincula-se a diferentes perspectivas de educação, ensino e sociedade, refletindo as disputas históricas entre público e privado. Neste período particular do capitalismo, o projeto educativo que se pretende hegemônico atende aos anseios dos grupos empresariais/mercantis em duas frentes: na definição dos conteúdos da educação pública e na disputa pelo fundo público (Rikowski, 2017).

Com a primeira, no lugar dos professores, gestores e comunidades escolares, os proprietários das ferramentas digitais e articuladores da implementação de tecnologias é que tomam as decisões sobre os currículos, a gestão e a formação de professores das escolas públicas. Promove-se uma formação em competências adequadas a uma sociabilidade baseada nas relações de mercado: eficiência, competição, mérito, adaptabilidade, capacidade empreendedora etc. Com a segunda, a escola pública torna-se um nicho de extração e obtenção de recursos, com potencial de converter dinheiro público em lucro privado. Mediante a naturalização da necessidade da implementação de tecnologias e plataformas nas escolas, ampliam as possibilidades de lucros futuros em “um mercado permanente e em constante crescimento” (Ramírez; Gutiérrez, 2023, p. 256).

A Rede da Transformação Digital da Educação (Lima, 2025) revela o destaque do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) em relação ao impulso à tecnologia digital nas escolas. Organização de natureza associativa, o centro aglutina outros sujeitos historicamente atuantes nas disputas pela educação pública: Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Itaú Social. Tais sujeitos seguem atuando a partir das históricas estratégias de incidência sobre a educação pública por vias analógicas e/ou com foco em outros temas. Ao mesmo tempo, incorporam a transformação digital da educação como campo de atuação, de forma mais ou menos direta, ampliando seu

escopo de atividades e articulações. Também participaram da fundação do Centro o Instituto Sonho Grande, Instituto Península, Fundação Roberto Marinho e Instituto Inspirare, entre outros que passaram pela composição do CIEB ao longo de seus 10 anos de existência.

O CIEB anuncia como objetivo “estimular a cultura da inovação e o uso da tecnologia a fim de apoiar a melhoria da aprendizagem em larga escala e reduzir as desigualdades educacionais” (Cieb, 2023, p. 5), tal como prevê o imaginário tecnossolucionista para a educação. A atuação do CIEB, nesse sentido, gira em torno do processo de transformação digital das escolas, o que ocorre via apoio a gestores públicos por meio de incidência política, produtos e ferramentas, fortalecimento técnico e assessoria individualizada (Cieb, 2019, p. 3). Em relação às políticas educacionais aqui analisadas, o CIEB foi a entidade que desempenhou maior influência, sendo uma importante referência nos processos de elaboração junto a diferentes órgãos do governo federal.

O Centro é parceiro do Ministério da Educação no desenvolvimento de projetos e ações voltadas às redes públicas de ensino, por meio de acordos de cooperação técnica (Lima, 2025), além de integrar o Conselho Consultivo para a Transformação Digital, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) no âmbito da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Também possui Acordos de Cooperação com o Consed, via Grupo de Trabalho de Tecnologia e Inovação, com a Undime, com secretarias estaduais de educação e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Um projeto expressivo dos interesses do CIEB como intermediador entre redes públicas e empresas de tecnologia foi a *Plataforma EduTec*, que propôs conectar gestores de secretarias de educação a EdTechs (empresas de tecnologias educacionais). A plataforma chegou a contar com mais de 480 empresas e soluções cadastradas, distribuídas em quatro categorias (formação de professores, gestão eficiente, período integral e desempenho na aprendizagem). Os gestores interessados na contratação de uma tecnologia poderiam fazer uma busca na plataforma e teria a sua disposição soluções ofertadas por diferentes empresas, “aproximando as demandas do gestor às ofertas do mercado de edtech” (Cieb, 2016).

Fomentando a facilitação das parcerias e demais formas de colaboração entre o público e o privado na educação, o CIEB propõe uma abordagem ampla, que extrapola a relação entre empresa e consumidor, típica do mercado. Assim, justifica-se a utilização da terminologia de *ecossistema*, que articula os diferentes sujeitos do mercado (empresas, investidores, editoras,

escolas privadas), do terceiro setor (ONGs, associações, instituições comunitárias) e do governo (escolas públicas, secretarias de educação, ministério da educação). Defendendo dinâmicas de privatização da educação, o centro propõe o investimento social privado na educação pública, com destaque a institutos e fundações empresariais, em ações como “formação de educadores; promoção de projetos-piloto de tecnologias; incentivo à inovação pedagógica e à difusão de novas práticas; desenvolvimento de plataformas de interesse público; advocacy junto ao setor público; realização de estudos de interesse sobre o tema” (Cieb, 2021, p. 20), entre outros.

Estes elementos evidenciam a visão que direciona a atuação do CIEB, coerente com as propostas globais que envolvem educação e tecnologia em uma dimensão de privatização que se expressa por meio da colaboração entre diferentes grupos sociais, em que os governos são somente mais um sujeito na materialização das propostas educacionais. O Estado não é mais definidor e, menos ainda, promotor da educação, uma vez que outros sujeitos possuiriam maior expertise e capacidade institucional para responder às demandas da educação do futuro.

Com isso, é possível afirmar que o CIEB responde às políticas educacionais buscando instrumentalizar os professores com ferramentas e conhecimentos para se adequarem às novas demandas decorrentes da transformação digital da educação no Brasil, exercendo controle sobre o conteúdo educativo. Mais do que isso, ele é um sujeito central na formulação dessas políticas, antecipando os caminhos a serem seguidos, promovendo-se como referência no tema e disputando espaço na direção do conteúdo da educação desde a sua origem. Este é um *modus operandi* comum entre os sujeitos da privatização da educação, que historicamente buscam promover consensos no campo educacional que favoreçam a sua inserção na educação pública e na formulação de políticas (Lima, 2025).

Outro sujeito privado de destaque no processo de transformação da educação brasileira é a Associação MegaEdu, especialmente por sua capilaridade junto ao governo federal. Criada em 2022, por Jorge Paulo Lemann (Oliveira, 2025), a MegaEdu se apresenta como “uma organização sem fins lucrativos que trabalha para levar internet de alta velocidade para todas as escolas públicas do Brasil” (MegaEdu, 2026). A organização apresenta três formas de atuação e articulação com diferentes setores: diretores de escolas, gestores de secretarias de educação e gestores de políticas públicas federais. A centralidade das ações da organização está na garantia de internet de alta velocidade nas escolas públicas, segundo os parâmetros e planos de conectividade.

Além de uma referência técnica do MEC por seus estudos de conectividade e formulação de indicadores e recursos de monitoramento do acesso à internet nas escolas, a MegaEdu tornou-se parceira do órgão na materialização de políticas públicas de conectividade das escolas, além de prestar apoio técnico a estados e municípios. Desde maio de 2023 a organização também ocupa um assento no Conselho Gestor do Fust, ocupando uma das vagas destinadas à sociedade civil, muito embora represente “interesses predominantemente comerciais do setor empresarial” e “a despeito de ter sido criada menos de um ano antes de sua nomeação, sem história de atuação nem vínculo de representação social”¹. O Conselho é responsável pela definição de critérios, parâmetros e prioridades na destinação dos recursos públicos para projetos de conectividade.

Apesar da natureza jurídica de associação, a MegaEdu não divulga informações relativas a quem compõe seu quadro de associados, como tampouco há transparência em relação aos recursos financeiros da instituição. Em seu site, são apresentados como apoiadores: Fundação Lemann, VélezReyez+, BID, BNDES, Brazil Foundation, Instituto Cyrela, Internet Society Foundation, UK Government e Instituto Ultra. A MegaEdu é parte atuante da rede da transformação digital da educação no Brasil, não apenas materializando iniciativas de conectividade, mas também como referência de autoridade do campo da tecnologia e do campo da filantropia na educação. Neste campo, a BrazilFoundation, organização filantropocapitalista com sede em Nova Iorque, também se destaca, conectando grandes investidores brasileiros e estrangeiros a projetos sociais no país, fornecendo “uma estratégia de investimento desenhada para gerar os melhores retornos sociais para suas doações” (Brazil Foundation, 2025). Entre seus apoiadores figuram a Apple, a Google.org, a Microsoft, o TikTok, a B3, entre outros.

No ano de 2024, a MegaEdu passou a compor a EDISON Alliance, “um ecossistema aberto de agentes de mudança, mobilizando esforços conjuntos e alinhando prioridades para fortalecer o argumento a favor do investimento digital” (Edison Alliance, 2025). A iniciativa do Fórum Econômico Mundial reúne organizações e empresas da área da tecnologia e das telecomunicações, como Dell, HP, Nokia e Telefônica, entre outras, e tem como objetivo conectar 1 bilhão de pessoas em todo o mundo.

A partir das informações mapeadas sobre a associação MegaEdu, é possível verificar que ela ocupa uma posição importante na rede da transformação digital da educação no Brasil,

¹Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Nota_sobre_a_representatividade_da_sociedade_civil_no_Conselho_Gestor_FUST_ok.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

com articulações nacionais e internacionais com sujeitos do terceiro setor, do mercado tecnopedagógico e dos governos. Sob a perspectiva de que “através de produtos digitais, a MegaEdu não só aumenta a escalabilidade do seu impacto, como facilita o acesso de gestores a informações de conectividade, garantindo que escolas estejam cada vez mais preparadas para o futuro” (MegaEdu, 2024) a associação reafirma pressupostos típicos do processo de transformação digital da educação na era digital do capitalismo, que aposta nas tecnologias como estratégia de projeção do futuro da educação e de adequação das escolas às novas demandas do mundo produtivo.

Conclusões

A partir deste estudo, fica evidente que as políticas de transformação digital da educação se materializam com o avanço do privado sobre a educação pública a partir de argumentos de inovação e modernização. As políticas analisadas, instituídas entre os anos de 2017 e 2023 e ainda em vigor, possuem aspectos comuns que expressam os sentidos fundamentais do processo de transformação digital da educação brasileira: preparação para adaptabilidade a um mercado de trabalho digitalizado, plataformizado, precarizado e flexível (Laval, 2019), com competências técnicas e socioemocionais compatíveis com essa realidade.

Suas formulações têm base em argumentos que vinculam tecnologia, qualidade de aprendizagem, equidade e redução das desigualdades. Apesar de sedutores, são argumentos pouco efetivos, já que a transformação da educação por meio da tecnologia se constitui como mais uma forma de submeter a educação às demandas do capitalismo, que não altera relações estruturais de dominação e exploração que pautam a sociedade de classes.

São muitos os sujeitos privados que atuam sobre a educação pública em geral, e a sua transformação digital em particular, articulando-se com e entre o setor público para materializar suas propostas, cujos conteúdos expressam os interesses dos mercados educacionais e, no limite, do projeto capitalista. A partir do mapeamento dos sujeitos, verifica-se que o CIEB e a MegaEdu destacam-se como sujeitos da transformação digital da educação. Essas organizações reúnem e articulam diversos sujeitos individuais e coletivos que, diante do impulso à implementação de tecnologias educacionais, passam a incorporar este tema às suas históricas formas analógicas de atuação sobre a educação, fortalecendo o avanço do privado sobre a educação pública. Estes sujeitos se configuram como entidades “sem fins

lucrativos, porém voltadas diretamente para a defesa corporativa de empresas, corporações, empresários, setores de atividade, etc” (Fontes, 2020, p. 19).

Além da articulação com empresas e corporações tecnológicas que buscam se inserir na educação pública, esses sujeitos atuam no convencimento dos diferentes segmentos envolvidos na educação e na ampliação da legitimidade na direção da transformação digital, como referências no tema. Inicialmente centradas na conectividade das escolas de todo o país, o foco das políticas passa a mudar: dados apontam que atualmente mais de 97% das escolas brasileiras possuem acesso à internet, entre as quais mais de 70% possuem níveis adequados de conectividade segundo os parâmetros estabelecidos pelas políticas educacionais (Brasil, 2026b). No ano de 2026, portanto, o debate sistematicamente se desloca da conectividade para a efetiva utilização das ferramentas digitais por estudantes, educadores e gestores escolares.

Referências

- Brasil. Ministério da Educação. (2017). *Diretrizes e critérios para o Programa de Inovação Educação Conectada*. Brasília.
- Brasil. Ministério da Educação. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2022). *Parecer CNE/CEB nº 2/2022*. Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília.
- Brasil. Ministério das Comunicações (2025). *Manifestação de Interesse – Programa de Benefício Fiscal [Fust]*. Recuperado em: <https://editalfust.mcom.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- Brasil. Ministério da Educação. (2026a). *Escolas conectadas: apresentação*. Recuperado em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- Brasil. Ministério da Educação. (2026b). *Painel Escolas Conectadas (ENEC)*. Recuperado em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYzljMmM1NTQ0ZjZkYS00NDdILW11YjktMmUxM2NkMTVIYTlwlwIiwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVINzYtNGIyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCJ9>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- Brazil Foundation. (2026). *Quem somos*. Recuperado em: <https://brazilfoundation.org/saiba-mais/quem-somos/>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- Brito, S. e Marins, G. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. *Educar em Revista*, 36. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77558>.

- Caetano, M. (2020). Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base?. *Educação em Revista*, 21(2).
- CIEB. (2016). *Relatório de atividades 2016*. Recuperado em: https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2017/04/CIEB_relatorio-de-atividades_2016.pdf?i=1. Acesso em: 15 abr. 2025.
- CIEB. (2019). *Teoria de Mudança*. Recuperado em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2019/09/Teoria-de-Mudan%C3%A7a-2019-06-09-2019.pdf?i=1>. Acesso em 18 mar. 2026.
- CIEB. (2021). *CIEB Estudos #7 Como o mercado de tecnologias educacionais se relaciona com a rede pública de ensino: uma radiografia da interação entre os dois setores e dos caminhos para aproximá-los*. São Paulo: CIEB.
- CIEB. (2022). *Conselho Nacional de Educação estabelece normas específicas para o ensino de computação na educação básica*. Recuperado em: <https://cieb.net.br/parecer-computacao/>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- CIEB. (2023). Relatório Anual de Atividades Recuperado em: https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio-Anual-CIEB-2023_Completo_web_vf.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.
- Dias, T. *A bancada do like: Google e Ifood se inspiram em ruralistas e montam tropa de choque no Congresso*. Intercept Brasil, 25 nov. 2021. Recuperado em: <https://www.intercept.com.br/2021/11/25/google-e-ifood-montam-bancada-do-lie/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- Edison Alliance. (2025). *Commitments from EDISON Alliance Partners*. Recuperado em: <https://www.edisonalliance.org/commitments>. Acesso em: 15 abr. 2025a
- Filho, M., Oliveira, J. e Echalar, A. (2024). Programa de Inovação Educação Conectada: política de ampliação do capital. *Cadernos de Pesquisa*, 54. <https://doi.org/10.1590/1980531410079>.
- Fontes, V. (2020). Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e o Marxismo*, 8(14). <https://doi.org/10.62782/2318-9657.2020.351>.
- Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo.
- Lima, P.. (2025). *Transformação digital da educação no Brasil: políticas educacionais e relações entre o público e o privado na era digital do capitalismo*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- McGarr, O. e Engen, B. By-passing teachers in the marketing of digital technologies: the synergy of educational technology discourse and new public management practices. *Learning, Media and Technology*, 47(4), 440-455. <https://doi.org/10.1080/17439884.2021.2010092>.
- MegaEdu. (2024). *MegaEdu conquista o 1º lugar no IEEE Connecting the Unconnected Challenge!*. LinkedIn, out. 2024. Recuperado em: https://www.linkedin.com/posts/megaedu_megaedu-conquista-o-1%C2%BA-lugar-no-ieee-connecting-activity-7251700739482259456-5cur/?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAABSnb0kBVktu2q5N3q2l4vHv_9jS-KcvatQ. Acesso em: 18 mar. 2026.
- MegaEdu. (2026). *Página Inicial*. Recuperado em: <https://www.megaedu.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- Morozov, E. (2013). *To save everything, click here: The folly of technological solutionism*. PublicAffairs.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2023). *Shaping Digital Education: enabling factors for quality, equity and efficiency*. Paris: OCDE Publishing. <https://doi.org/10.1787/bac4dc9f-en>.
- Oliveira, C. (2025). A influência da Fundação Lemann frente à direção e execução dos programas e políticas públicas de educação. In: Peroni, V. *Relatório de Pesquisa A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Peroni, V. (2016). *Implicações da Relação Público-privada para a Democratização da Educação*. Tese (Professor titular). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Peroni, V. e Lima, P. (2023). A educação básica no contexto de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista: a conjuntura atual e os desafios para a democratização da educação. *Educere et Educare*, 18, p. 34-52. doi.org/10.48075/educare.v18i47.30213.
- Peroni, V., Pires, D. e Lima, P. (2025). A digitalização como uma nova etapa do processo privatista na educação pública. *Revista Cocar*, 37.
- Ramírez, M.; Gutiérrez, E. (2023). Google en Iberoamérica: expansión corporativa y capitalismo digital en educación. *Revista Española de Educación Comparada*, 42, 240-260. <https://doi.org/10.5944/reec.42.2023.34322> <https://10.5944/reec.42.2023.34322>.
- Rikowski, G. (2017). Privatização em educação e formas de mercadoria. *Revista Retratos da Escola*, 11(21), 393-413.
- Seki, A. e Venco, S. (2023). Política Nacional de Educação Digital: uma análise de seus rebatimentos na educação pública brasileira. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 15(2), 448-471. <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54144>.

Sociedade Brasileira de Computação. (2019). *Relatório Técnico nº001/2019*. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Computação para o Ensino de Computação na Educação.

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar.

Todos pela Educação, CIEB, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Imaginable Futures, Instituto Natura e MegaEdu. (2022). *Educação Já - Tecnologias na educação: recomendações para a transformação digital da educação pública brasileira*. Recuperado em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/11/educacao-ja-2022-tecnologias-na-educacao.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

Submetido em abril de 2026

Aprovado em abril de 2026

Informações autorais

Paula Valim de Lima

Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS)

Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE)

Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1798-7476>

Link LATTES: <https://lattes.cnpq.br/0506929649115557>

E-mail: paulavalimd@gmail.com